

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS
FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS**

NÚCLEO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - NPPGE

**ORIENTAÇÕES A PROJETOS DE PESQUISA
ROTEIRO METODOLÓGICO**

Santa Rosa
2015

NÚCLEO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - NPPGE

**ORIENTAÇÕES A PROJETOS DE PESQUISA
ROTEIRO METODOLÓGICO**

Roteiro Metodológico para Projetos de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às Faculdades Integradas Machado de Assis com o propósito de orientação discente.

Santa Rosa
2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA.....	5
1.1 CAPA.....	5
1.2 FOLHA DE ROSTO	5
1.3 SUMÁRIO.....	5
2 ELEMENTOS TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA.....	6
2.1 TEMA	6
2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	6
2.3 PROBLEMA	6
2.4 HIPÓTESES (opcional)	7
2.5 OBJETIVOS	7
2.5.1 Objetivo Geral.....	7
2.5.2 Objetivos Específicos	8
2.6 JUSTIFICATIVA	8
2.7 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.8 METODOLOGIA.....	9
2.8.1 Categorização da Pesquisa	10
2.8.2 Plano de Coleta de Dados	10
2.8.3 Plano de Análise e de Interpretação dos Dados.....	11
2.9 CRONOGRAMA.....	16
3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA.....	16
3.1 REFERÊNCIAS.....	16
3.2 APÊNDICES (opcional).....	16
3.3 ANEXOS (opcional).....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
APÊNDICES
APÊNDICE A - INFORMATIVO SOBRE PLÁGIO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, propõem a docentes e a discentes um *Roteiro Metodológico de Orientações a Projetos de Pesquisa*, no intuito de compartilhar com os participantes acadêmicos a produção dos saberes científicos que permitem concretizar o fio condutor da condição universitária: ensinar, pesquisar e estender o conhecimento à comunidade.

A produção de um *projeto de pesquisa* pressupõe uma etapa imprescindível na construção do pensamento científico do corpo universitário. É a partir da sistematização dos elementos que constituem a pesquisa nos diferentes campos da ciência que o aluno-pesquisador, em parceria com seu professor-orientador, realiza, em princípio, a seleção do tema de investigação, delimitando o enfoque que pretende abordar no decorrer do processo de estudo.

O engajamento metodológico permite planejar com pertinência a pesquisa, definindo as escolhas para a análise de determinado fenômeno. Com efeito, o projeto constitui o instrumento por meio do qual o pesquisador pode, preliminarmente, esboçar o que pretende em seu estudo. Dessa forma, conforme a ABNT,¹ o projeto é uma das fases do processo de pesquisar: a que descreve a estruturação investigativa.

Mesmo que sofra alterações ao longo do seu percurso, como acréscimos e melhorias, em vista do aprimoramento, é fundamental o empenho no tocante à versão preliminar da pesquisa, materializada no projeto, a fim de que o aluno-pesquisador, sob a égide do professor-orientador, possa problematizar o tema proposto, construindo objetivos bem estruturados, com justificativas adequadas à investigação, referencial teórico consistente e metodologia minuciosamente planejada.

A Instituição espera, portanto, que as postulações apresentadas neste Roteiro, longe de procurarem exaurir o seu conteúdo, norteiem o corpo acadêmico

¹ ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15287:2005**. Projeto de Pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: 2005.

acerca dos passos metodológicos que sustentam a pesquisa científica. A tentativa é de propor um direcionamento a aspectos basilares que suscitem leituras mais aprofundadas na literatura da área. Procura-se, por meio das orientações, elucidar algumas dúvidas e apontar alguns caminhos, na tentativa de tornar menos árduo o esforço que os pesquisadores iniciantes empregam para produzir seus trabalhos científicos.

Prof.^a Dr.^a Márcia Adriana Dias Kraemer
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão – NPPGE.

PROJETOS DE PESQUISA: ROTEIRO METODOLÓGICO.

1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA

1.1 CAPA

A capa é elemento obrigatório do Projeto de Pesquisa elaborada nas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA, servindo como identificação e proteção externa do trabalho. No primeiro elemento pré-textual devem ser impressas apenas as informações indispensáveis que servem para identificar a produção, da mesma maneira que são apresentadas na Folha de Rosto. A disposição gráfica desses elementos deve estar de acordo com as normas para elaboração de trabalhos científicos da Instituição.²

1.2 FOLHA DE ROSTO

A Folha de Rosto também é um elemento obrigatório e deve conter todos os dados necessários para sua identificação, conforme estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT,³ bem como a disposição gráfica normatizada pelo Guia de Formatação de Trabalhos Científicos FEMA.⁴

1.3 SUMÁRIO

O sumário localiza-se em folha distinta, após a capa, apresentando as principais divisões, seções e outras partes do documento.⁵ No caso do Projeto de

² FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS. Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. **Guia de Formatação para Trabalhos Científicos FEMA**. Disponível em: <www.fema.com.br>.

³ ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:2005**. Trabalhos Acadêmicos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: 2005.

⁴ FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS. Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. **Guia de Formatação para Trabalhos Científicos FEMA**. Disponível em: <www.fema.com.br>.

⁵ Id.

Pesquisa FEMA, ele é considerado um elemento obrigatório, com normatização específica.

2 ELEMENTOS TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA

2.1 TEMA

O *tema* identifica-se com o fato ou o fenômeno a ser estudado, consistindo no próprio objeto de pesquisa. Ele é parte da referência contextualizadora do trabalho, é um aspecto da ideia geral, ou seja, do assunto que é escolhido pelo pesquisador para demarcar o enfoque específico.⁶ A partir da apreensão do tema, deve-se especificar a delimitação temática que se propõe o estudo.

2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ao escolher um fenômeno para ser objeto de estudo, é necessário buscar sempre a sua delimitação, a fim de reduzir a extensão da pesquisa. Recomenda-se o questionamento sobre o recorte: temático, espacial e temporal a serem pesquisados, bem como o tipo de enfoque a utilizar (sociológico, psicológico, educacional, ambiental, econômico, administrativo, tributário, entre outros).

2.3 PROBLEMA

Em princípio, estabelecer um problema de pesquisa depende de uma leitura exploratória,⁷ pois é geralmente a partir da literatura que surgem as possíveis lacunas e contribuições (conceituais, empíricas ou metodológicas) as quais podem ser trabalhadas pelo pesquisador. Assim, nesse tópico, o acadêmico deverá problematizar o seu tema delimitado, demonstrando as reflexões que resultarão no seu *problema de pesquisa*, este entendido como a questão central que o trabalho se proporá a responder.

⁶ MENEGASSI, Renilson José; ZANINI, Marilurdes. Avaliação de redação: o tema. In: Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná, 10, 1996, Londrina. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 1997.

⁷ HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.83.

Em vista disso, o pesquisador deve ter ciência do problema que pretende investigar, senão sua pesquisa tenderá à prolixidade, à falta de direção, à ausência de responsividade. Logo, são características para a formulação de um problema:⁸

- a) Estruturá-lo em forma de pergunta(s) de pesquisa;
- b) Apresentá-lo em uma dimensão viável;
- c) Formulá-lo com clareza, concisão e coerência;
- d) Referenciá-lo empiricamente, por ser: observável, passível de mensuração, centrado em fatos/fenômenos e não em juízos de valor.

2.4 HIPÓTESES

Cientificamente, estabelecer hipóteses significa formular possíveis respostas ao questionamento proposto na problematização da pesquisa.⁹ Com efeito, entre as supostas soluções para o problema, o pesquisador escolherá as que considerar mais consistentes teoricamente e mais apropriadas para iniciar a busca pelos resultados da pesquisa.

Deverá, pois, pautar-se em critérios ou requisitos, como: consistência lógica; verificação possível; conceituação clara e compreensível; objetividade; respaldo na literatura.¹⁰ Além disso, a pesquisa, dependendo da sua natureza, pode não envolver a formulação de hipóteses, como por exemplo, as pesquisas de natureza apenas exploratória.¹¹

2.5 OBJETIVOS

Nesta etapa, o pesquisador esclarece acerca de suas intenções ao empreender o estudo, respondendo às seguintes questões: por que, para que e para quem fazer a pesquisa?

⁸ HENRIQUES; MEDEIROS, 2008, p. 84.

⁹ MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Sevilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p.149.

¹⁰ HENRIQUES; MEDEIROS, 2008, p.89.

¹¹ DESLANDES, Suely Ferreira. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 2009, p.43.

2.5.1 Objetivo Geral

O objetivo geral define o fim que se pretende alcançar com a investigação, buscando estabelecer uma meta para o trabalho. Os objetivos, conforme Marconi e Lakatos,¹² tornam explícito o problema, possibilitando aumentar o conhecimento sobre determinado tema e definindo a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, além do material a ser coletado para servir de *corpus* de pesquisa.

As tipologias de pesquisas são variadas, cabendo terminologias diferentes a respeito delas. Destacamos, de forma exemplificativa, três tipos, devido a sua maior incidência em estudos acadêmicos: a exploratória, a descritiva e a explicativa.

No caso de uma pesquisa exploratória, geralmente esta apresenta a construção discursiva a partir de verbos cujo sentido corrobore com a intenção de explorar ou de investigar um fenômeno: *conhecer, descobrir, identificar, levantar*. Em se tratando de uma pesquisa descritiva, são mais comuns verbos que indiquem o objetivo de *caracterizar, descrever, traçar, enumerar*. Para uma pesquisa explicativa, podem ser usados verbos como *analisar, avaliar, verificar, explicar*.¹³

2.5.2 Objetivos Específicos

No intuito de atingir o objetivo geral, é preciso articular outras ações específicas que instrumentalizem o pesquisador para a sua execução, servindo de base ao próprio tema. À semelhança da formulação do objetivo geral, utilizam-se verbos no infinitivo, semanticamente ligados ao tipo de pesquisa que se realizará.

2.6 JUSTIFICATIVA

Trata-se da apresentação dos motivos que levam à decisão de se abordar o tema delimitado. Aqui, o pesquisador deve argumentar acerca da relevância, da viabilidade, da coerência, das possíveis contribuições e das repercussões do estudo proposto.

¹² MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.140-141.

¹³ RICHARDSON, 2003 apud HENRIQUES; MEDEIROS, 2008, p. 81.

Corresponde à exposição concisa, mas completa, das razões de ordem prática e de ordem teórica que tornam pertinente a execução do estudo. Dessa forma, a justificativa pode explicitar:

- a) o modo como acontece a escolha do tema, objeto da pesquisa;
- b) a importância do tema em âmbito geral e em particular;
- c) como surge o problema para o qual se busca a solução;
- d) a relação entre o problema e o contexto;
- e) a descrição do estágio em que a teoria está, conforme o tema e o problema propostos;
- f) as informações relativas a escolha dos locais que serão pesquisados;
- g) as possíveis contribuições que o resultado da pesquisa pode trazer;
- h) as possíveis sugestões para alterar a realidade concernente ao tema e ao problema;
- i) a viabilidade e a originalidade da pesquisa.¹⁴

2.7 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico indicará e situará o tema selecionado - objeto da pesquisa - em face ao conhecimento científico decorrente da realização das leituras e das reflexões iniciais pelo pesquisador. É o momento de apresentar, provisoriamente, os saberes que evidenciam o estado da arte da temática escolhida.

Esta seção representa, com efeito, a materialização do conhecimento conceitual e teórico vinculada à ciência do estudo em questão, possibilitando a identificação e a apresentação de teorias, de doutrinas e de proposições relacionadas ao objeto da pesquisa.

2.8 METODOLOGIA

A metodologia consiste na descrição formal dos métodos e das técnicas a serem utilizados, bem como indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador faz do quadro teórico e de seus objetivos de estudo.¹⁵ A especificação dessa etapa é a que, normalmente, engloba maior número de itens, porque

¹⁴ RICHARDSON, 2003 apud HENRIQUES; MEDEIROS, op. cit., p. 90; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 202.

¹⁵ DESLANDES, 2009, p.46.

responde a questões referentes ao modo, à instrumentalização, ao lugar e à quantificação da pesquisa. Para tanto, nesta seção, o pesquisador deverá apresentar o tipo de pesquisa, o método de abordagem, os métodos de procedimento e as técnicas de coleta de dados, atento às correlações existentes entre essas variáveis.

2.8.1 Categorização de Pesquisa

No projeto, o pesquisador pode começar a seção de metodologia contemplando o tipo de pesquisa que pretende desenvolver. Há várias formas de categorização de uma pesquisa:

- a) quanto à natureza: teórica ou teórico-empírica;
- b) quanto ao tratamento dos dados: qualitativa ou quantitativa;
- c) quanto aos fins (objetivos propostos): exploratória, descritiva ou explicativa;
- d) quanto à conduta em relação aos dados (procedimentos técnicos): bibliográfica, documental, experimental, estudo de caso, estudo de campo, dentre outras.

2.8.2 Plano de coleta de dados

As técnicas ou procedimentos técnicos podem ser definidos como um conjunto diferenciado de informações as quais são reunidas e acionadas em forma de instrumentos para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas de investigação. Correspondem à parte prática da coleta de dados. Para operacionalizar os procedimentos técnicos, o pesquisador poderá utilizar vários recursos, partindo das duas grandes divisões apresentadas nas seções posteriores.¹⁶

2.8.2.1 Documentação Indireta

A documentação indireta poderá ser coletada de duas maneiras:

- a) Pesquisa documental (fontes primárias): em arquivos públicos ou particulares, fontes estatísticas, entre outros;

¹⁶ MARCONI; LAKATOS, 2010, p.224.

- b) Pesquisa bibliográfica (fontes secundárias): livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros.

2.8.2.2 Documentação Direta

Na documentação direta, o levantamento dos dados será realizado no próprio local onde os fenômenos ocorrem. As informações poderão ser colhidas a partir da observação direta intensiva e/ou da observação direta extensiva.

2.8.2.2.1 Observação Direta Intensiva

Normalmente utilizada quando se opta pela abordagem qualitativa, é realizada com as técnicas de:¹⁷

- a) observação: utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos. Pode ser: sistemática, assistemática; participante, não participante; em laboratório, no contexto real; individual, em equipe.
- b) entrevista: é uma conversação realizada face a face, de forma metódica, propiciando ao entrevistador, de forma oral, as informações necessárias. Pode ser: estruturada, não estruturada, focalizadas, clínicas, não dirigidas ou em forma de painel.

2.8.2.2.2 Observação Direta Extensiva

É geralmente empregada quando o objetivo é uma abordagem quantitativa ou um recorte quantitativo em uma pesquisa qualitativa, apresentando várias técnicas, entre elas o:¹⁸

- a) questionário: constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador;
- b) formulário: roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do entrevistado.

¹⁷ MARCONI; LAKATOS, 2010, p.224.

¹⁸ Ibid., p.224-225.

2.8.3 Plano de Análise e de Interpretação dos Dados

O plano de análise e de interpretação dos dados pressupõem a escolha do método de abordagem a ser utilizado, com o intuito de se pesquisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Como exemplos de métodos de abordagem apresentam-se o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético,¹⁹ entendidos por alguns autores como reciprocamente excludentes entre si.²⁰

- a) Método dedutivo: parte das teorias e das leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente).
- b) Método indutivo: cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e às teorias (conexão ascendente);
- c) Método hipotético-dedutivo: que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese;
- d) Método dialético: que penetra o mundo dos fenômenos por meio da ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Para compreender as implicações que resultam da escolha de determinado método é importante entender a correlação com as abordagens de natureza *quantitativa* e *qualitativa*, porque, dependendo dessa escolha, os recursos técnicos e os procedimentos metodológicos variam.²¹

2.8.3.1 A Natureza da Abordagem Quantitativa

Os métodos que se submetem à lógica quantitativista subsidiam pesquisadores que desejam realizar estudos orientados pela necessidade de verificar hipóteses previamente formuladas e identificar a existência ou não de relações entre variáveis. A pesquisa de campo é a que mais se aplica na abordagem quantitativa, em que a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os

¹⁹ MARCONI; LAKATOS, 2010, p.223.

²⁰ MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2008, p.149.

²¹ LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008, p.27 et seq.

fenômenos ocorrem, sem intervenção ou manuseio por parte do investigador. Abrange desde os levantamentos amostrais de dados, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

A abordagem quantitativa aproxima-se de pesquisas que adotam o modelo de processo lógico indutivo,²² o qual parte da observação de dados particulares, suficientemente constatados, inferindo-se uma verdade geral ou universal, não contida explicitamente nas partes examinadas. Logo, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Fundamenta-se na generalização de propriedades comuns em determinado número de casos possíveis de ser observados em todas as ocorrências de fatos similares que sejam verificados no futuro.²³

Essa abordagem também pode estar ancorada no modelo de pesquisa hipotético-dedutivo, em que o pesquisador parte de um quadro teórico de referência em que são formuladas hipóteses sobre os fenômenos que deseja estudar. Nesse caso, a coleta de materiais enfatiza dados e informações contidas em números que permitirão verificar a validade das hipóteses formuladas.

2.5.3.2 A Natureza da Abordagem Qualitativa

A pesquisa com abordagem qualitativa reconhece a existência de vários métodos de investigação capazes de respeitar as singularidades das ciências humanas e sociais. Ela pressupõe investigar aspectos socialmente construídos, por isso não facilmente mensuráveis, aproximando-se bastante do processo de raciocínio dedutivo, hipotético-dedutivo, bem como do dialético, que percebe a realidade histórica não apenas como fluxo, mas sobretudo como a origem de uma explicação.

Entretanto, é possível perceber, na abordagem qualitativa, a preferência de grande parte dos pesquisadores pelo raciocínio dedutivo, o qual parte de argumentos gerais já conhecidos para particulares. Nele, pode-se adotar uma teoria de base com a qual se tem afinidade para proceder ao exame do fenômeno, objeto de pesquisa, por meio de uma metodologia de apoio na investigação.

Na perspectiva qualitativa, destacam-se as pesquisas:

²² MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 68.

²³ MEZZARROBA; MONTEIRO, 2009, p. 64.

- a) etnográfica: visa compreender os processos cotidianos em suas diversas modalidades, sendo descritiva por excelência.
- b) participante: nela, o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades.
- c) pesquisa-ação: ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e analisa uma determinada situação, propõe, ao conjunto de elementos envolvidos, mudanças, identificando problemas, formulando, experimentando, avaliando e aperfeiçoando alternativas de solução, em situação real, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dessa realidade estudada.
- d) estudo de caso: concentra-se no estudo de um caso particular, considerado representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, por meio de uma única unidade de estudo (caso holístico) ou de várias unidades (estudo de casos múltiplos, segmentado ou comparativo). Para possibilitar a elaboração de exercícios de análise comparativa, os dados devem ser sistematicamente coletados e registrados, a fim de proceder em adequadas descrição, interpretação e análise, utilizando, para isso, diferentes fontes de evidência.²⁴

2.8.3.3 A Triangulação como Tendência

É possível também haver uma combinação do uso de recursos metodológicos que realizem a triangulação de abordagens quantitativas e qualitativas. No âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser entendida como uma maneira de investigar o mesmo fenômeno a partir de diferentes níveis. Por exemplo:

- a) a triangulação de teorias: de forma articulada, o pesquisador faz uso de diferentes perspectivas teóricas;
- b) a triangulação de métodos: o investigador utiliza simultaneamente os métodos próprios da abordagem quantitativa e da qualitativa;

²⁴ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p.118 et seq.; LIMA, 2008, p.27 et seq.

- c) a triangulação de dados: o pesquisador usa a combinação de diversas fontes de dados, podendo ter tempo, espaço e informantes diferenciados.
- d) A triangulação de pesquisadores: envolve a formação de uma equipe interdisciplinar na investigação de um mesmo fenômeno, para alcançar múltiplos objetivos.²⁵

2.8.3.4 Métodos de Procedimento

Além dos métodos de abordagem, podem ser adotados, na condução da pesquisa, métodos de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário. Constituem etapa mais concreta da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral de fenômenos menos abstratos.²⁶ Para utilizá-los, deve-se observar a flexibilização e a possibilidade de conjugação dos mesmos (as combinações adotadas dependerão das condições do objeto de pesquisa e dos objetivos traçados). Alguns deles são:

- a) Método experimental ou empírico: fundamentado na *experiência*, constitui-se como um ensaio científico em que o objeto de pesquisa é submetido a um quadro totalmente controlado e destinado à verificação de seus atributos. Enquadra-se mais em pesquisa de abordagem quantitativa.
- b) Método estatístico: a partir de dados coletados e analisados, objetiva fornecer uma base concreta e segura das informações. Utiliza-se com maior frequência em pesquisas de abordagem quantitativa.
- c) Método histórico: coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica. Pode ser usado tanto com abordagem quantitativa quanto qualitativa.
- d) Método comparativo: promove o confronto dos elementos pesquisados, levando em consideração seus atributos. Pode ser usado tanto com abordagem quantitativa quanto qualitativa.

Convém ressaltar que estas orientações metodológicas não prescindem de investigação mais aprofundada na literatura da área. É recomendado ao pesquisador iniciante examinar com maior propriedade a bibliografia elencada ao

²⁵ LIMA, 2008, p.27 et seq.

²⁶ MARCONI; LAKATOS, 2010, p.223.

longo desta produção, para apreender de maneira consistente os preceitos propostos para o estudo dos métodos científicos.

2.9 CRONOGRAMA

O cronograma consiste na apresentação das atividades relacionadas à monografia, com a previsão de sua execução. Define-se a distribuição das tarefas e das etapas que permitirão um aproveitamento racional e lógico da disponibilidade de tempo para a realização do Trabalho. Estabelecem-se datas-limite para as atividades de produção da pesquisa.

3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS DO PROJETO DE PESQUISA

3.1 REFERÊNCIAS

O referencial teórico corresponde às obras, aos artigos científicos, aos documentos, entre outros, que serão utilizadas para a pesquisa. Eles devem ser apresentados conforme as prescrições da ABNT, tendo em vista o Guia de Formatação para Trabalhos Científicos FEMA.

3.2 APÊNDICES

Apêndice é um elemento complementar e opcional que acrescenta algum aspecto importante, sem, no entanto, consistir em uma parte do trabalho. São documentos, textos ou qualquer outro material elaborado pelo próprio autor.²⁷

3.3 ANEXOS

Anexo é um elemento complementar e opcional que pode fundamentar, comprovar, esclarecer e/ou ilustrar o texto. São documentos não elaborados pelo autor.²⁸

²⁷ FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para Trabalho Científico**: Explicação das Normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre: 2010, p. 81.

²⁸ Ibid., p. 82.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Roteiro Metodológico de Orientações a Projetos de Pesquisa busca ser um caminho possível para o entendimento dos desafios implicados em qualquer exercício de produção autoral, bem como na elaboração de trabalhos científicos para graduandos. Logo, espera-se, neste documento, oferecer aos acadêmicos-pesquisadores um direcionamento a referenciais de aporte técnico, conceitual, teórico e metodológico que possibilitem norteá-lo nas atividades relacionadas à construção e à execução de seu projeto de pesquisa de caráter monográfico.

As considerações e os apontamentos produzidos no Roteiro dispõem de elementos fundamentais aos pressupostos para o início de uma pesquisa sistematizada, em que se planejam as diferentes etapas constitutivas caracterizadoras do processo investigativo. A tentativa é de minimizar a dificuldade e de maximizar os resultados a serem alcançados no percurso do estudo, por meio das explicações acerca da operacionalização de cada fase que constrói o projeto.

No contexto, ambiciona-se contribuir para que as experiências acadêmicas na pesquisa criem as condições necessárias aos graduandos à construção dos seus saberes científicos de forma que tenham êxito em sua trajetória estudantil e profissional. Essa vivência pode ser basilar para a autonomia intelectual e para a formação humana dos sujeitos envolvidos, acrescentando criticidade, reflexão e responsabilidade às suas ações como cidadãos e como profissionais.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Informativo sobre Plágio na Produção Acadêmica

1 O PLÁGIO NA PESQUISA ACADÊMICA²⁹	
<p>MORAES, Rodrigo. O Plágio na Pesquisa Acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. Diálogos Possíveis: Revista da Faculdade Social da Bahia – FSBA, 2006, p. 91-108. Disponível em: <HTTP://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.</p>	
CONCEITO	<p>“[...] plágio é a imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor: tanto à paternidade quanto à integridade de sua criação. Não é exagero adjetivar o plagiário como malicioso, disfarçado, astuto, hábil, dissimulado. O plagiador (ou plagiário) costuma não confessar o ilícito. Por isso, empenha-se em disfarçar em disfarçar o assalto, evitando deixar vestígios. Seja movido por inveja, seja por mera preguiça, o plagiário escamoteia e mente, desmoralizando o verdadeiro criador intelectual. Essa conduta é típica de nossa sociedade de aparência, na qual o importante não é ser, mas simplesmente parecer e aparecer.</p> <p>O plágio é quase sempre de parte(s) de obra alheia, e não de sua íntegra, visto que a prova judicial de obra completamente igual a uma consiste em tarefa que, muitas vezes, não exige maiores esforços. O plágio grosseiro e total é hipótese não muito comum, pelo simples fato de ser facilmente identificado e ilícito.</p> <p>O plagiário age com má-fé, tentando ludibriar a sociedade e o autor-vítima. A ausência de boa-fé caracteriza-se quando há cópia literal e não mera semelhança temática entre duas obras.</p> <p>O plágio representa o mais grave ilícito contra a propriedade intelectual. É mais grave do que a contrafação (pirataria), pois envolve questões éticas que ultrapassam aspectos meramente econômicos, ligados a investimentos de grupos empresariais. O plágio é uma violação à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental no Estado Democrático de Direito (Constituição Federal de 1988, art. 1º, III).</p> <p>Outra dúvida merece ser enfrentada. Há critérios objetivos para caracterizar o plágio? A resposta é negativa. O legislador corretamente preferiu não fixar critérios objetivos para a caracterização do ilícito. Portanto, a verificação é casuística. O julgador apreciará, caso a caso, a existência ou não de plágio diante de todo o conjunto probatório que lhe é apresentado nos autos do processo. Compete ao juiz, portanto, discernir e apreciar, em cada caso concreto, a incidência ou não de plágio, levando em consideração todos os meios de prova admitidos em direito.</p> <p>Que fique bem claro: não existe um número mínimo de palavras, frases, notas ou compassos musicais para definir a incidência de plágio. Ora, se a lei autoral fosse rígida nesse sentido, definindo o plágio através de critérios puramente objetivos, não seria incomum a ocorrência de situações de grave injustiça. O conceito aberto de plágio, pois, impõe ao intérprete uma tomada de posição.” (MORAES, 2006, p. 95-96).</p> <p>Existe plágio de ideias?</p> <p>“[...] não existe plágio de idéias, porque as idéias em si não são objeto de proteção (LDA-98, art. 8º, I). Elas são inapropriáveis, têm “trânsito-livre”, pertencem a todos, são da coletividade. A forma dada às idéias, contudo, é pessoal. Não se pode confundir, portanto, algo de <i>todos</i> com algo de <i>cada um</i>. Todo ato de criação, ao mesmo tempo em que se alimenta do acervo cultural de um povo, é, antes de tudo, um ato eminentemente pessoal.” (MORAES, 2006, p. 97).</p>
AS SANÇÕES AO PLÁGIO	<p>“O art. 46, III, da LDA afirma que não constitui ofensa aos direitos autorais ‘a citação em livros, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra’ (grifo nosso).</p>

²⁹ Informativo elaborado pela Prof.^a Dr.^a Márcia Adriana Dias Kraemer, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA, Santa Rosa, 2015. Disponível em: <http://www.fema.com.br/?page_id=310>.

<p style="text-align: center;">AS SANÇÕES AO PLÁGIO</p>	<p>Segundo o art. 24, II, da LDA, é direito moral do autor 'o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado como sendo o do autor, na utilização de sua obra'. Esse direito é inalienável e irrenunciável, ou seja, não pode ser vendido ou renunciado (LDA art. 27). O autor cuja obra seja plagiada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos, sem prejuízo da indenização cabível (LDA, art. 102).</p> <p>O art. 108, II, LDA ainda prevê as seguintes sanções para a hipótese de descumprimento do dever de citar:</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 108. Quem na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:</p> <p style="padding-left: 40px;">II – tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor.</p> <p>Citar, portanto, é não somente uma questão de ordem ética, mas um dever jurídico que gera sanções no caso de descumprimento.” (MORAES, 2006, p. 100).</p> <p>“Parafrasear significa dizer à sua maneira um pensamento original de outro autor. A vigente LDA permite, com certa limitação, o uso de paráfrases. <i>In verbis</i>: ‘Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito’.</p> <p>Interpretando literalmente esse artigo, observa-se que a condição para que a paráfrase seja lícita é que não haja verdadeira reprodução da obra original.” (MORAES, 2006, p. 106) [grifo do autor].</p>
<p style="text-align: center;">A ATUAL NORMA DA ABNT REFERENTE A CITAÇÕES (NBR 10.520:2002)</p>	<p>“A citação pode ser classificada como direta e indireta. É direta quando ocorre uma transcrição textual (<i>ipsis litteris</i>) de uma informação extraída de outro autor. Oportuno advertir que a transcrição deve ser ‘ao pé da letra’, fiel ao texto original, devendo, inclusive, respeitar seus eventuais erros gramaticais ou de informação. Nessa hipótese, coloca-se imediatamente após o erro, entre conchetes, a expressão latina <i>sic</i> (que quer dizer ‘assim mesmo’, ‘tal qual’). Recomenda-se, depois de feita uma transcrição, que o pesquisador a confronte com o texto original, a fim de buscar eventuais falhas.</p> <p>A razão desse zelo pela fidelidade ao texto original deve-se ao fato de que todo autor possui o <i>direito moral à integridade de sua obra</i>, disposto no art. 24, III, da atual LDA. É direito moral do autor ‘o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-lo ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra’.” (MORAES, 2006, p. 103).</p>

<p>2 EVITANDO O PLÁGIO</p>	
<p>KIRPATRICK, Ken. Evitando o Plágio. Lepem. Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia. Universidade Federal do Ceará – UFC. Disponível em: <http://www.lepem.ufc.br/jaa/plagio.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.</p>	
<p style="text-align: center;">CONCEITO</p>	<p>“Um trabalho plagiado é fácil de reconhecer por não indicar claramente os empréstimos. Ele é cheio de fatos, observações e ideias que o escritor não poderia ter desenvolvido sozinho e é escrito num estilo diferente. Os escritores experientes, tanto quanto os plagiadores, se baseiam em outros escritores; eles sabem que suas ideias são geradas no contexto das ideias dos outros. Por uma questão de honra, eles indicam seus débitos para com outros escritores e, ao fazê-lo, indicam mais claramente sua própria contribuição original.” (KIRPATRICK, 2015, p.1).</p>
<p style="text-align: center;">TERMOS</p>	<p>“Citação: uma cópia palavra por palavra do que alguém disse ou escreveu. Em um escrito, uma passagem citada é indicada pelo acréscimo de aspas no início e no fim da citação ou, se a citação for longa, pela sua colocação em um parágrafo separado do texto principal e recuado. A fonte da citação precisa, ainda, ser referenciada, seja no próprio texto ou em nota de rodapé.</p> <p>Paráfrase: Numa paráfrase, você reformula com suas próprias palavras algo que sua fonte disse. Muitas redações são quase integralmente paráfrases. Um propósito de se parafrasear, ao invés de citar, é colocar algo em palavras que sua audiência irá compreender. Artigos em revistas populares de ciência frequentemente parafraseiam</p>

TERMOS	<p>artigos mais difíceis de periódicos científicos. Dizer algo com suas próprias palavras é, em si, uma atividade intelectual importante: ela demonstra que você compreende e é capaz de trabalhar com o material. Uma paráfrase tem que ser referenciada; caso contrário, ela será um caso de plágio tanto quanto uma cópia palavra por palavra sem referência à fonte. Dizer algo com suas próprias palavras não torna seu esse algo.</p> <p>Resumo: Assim como a paráfrase, o resumo de uma fonte é feito com suas próprias palavras, mas um resumo é consideravelmente mais curto e não segue a fonte tão de perto quanto a paráfrase. Novamente, você deve referenciar a fonte do resumo.</p> <p>Referência: identifica a fonte de uma citação, paráfrase ou resumo. A prática de referenciar varia consideravelmente em diferentes tipos de escrita. No jornalismo, usualmente é suficiente citar a fonte no próprio texto pelo nome do autor. Alguns escritos acadêmicos e profissionais requerem somente uma breve referência textual, usualmente o nome do autor, o título do livro ou periódico em que ele apareceu e, talvez, o número da página. Mas a maioria dos escritos profissionais e acadêmicos exige uma referência completa, seja no próprio texto ou numa combinação de referência entre parêntesis no texto e uma entrada bibliográfica completa numa Lista de Trabalhos Referenciados.” (KIRPATRICK, 2015, p.1-2) [grifo do autor].</p>
TIPOS	<p>“1. Plágio Direto: Consiste em copiar uma fonte palavra por palavra sem indicar que é uma citação e sem fazer referência ao autor.</p> <p>2. Tomar emprestado o trabalho de outros estudantes: Dormitórios, repúblicas e fraternidades proveem atmosferas propícias para o empréstimo de textos. Não há nada errado em estudantes ajudarem uns aos outros ou trocarem informações. Mas você deve escrever seus próprios textos. Apresentando um texto que alguma outra pessoa escreveu é um caso especial de plágio direto.</p> <p>3. Referência Vaga ou Incorreta: Um escritor deve indicar onde um empréstimo começa e termina. Algumas vezes, um escritor faz referência a uma fonte uma vez, e o leitor presume que as sentenças anteriores ou parágrafos tenham sido parafraseados quando na verdade a maior parte do texto é uma paráfrase desta única fonte. O escritor falhou na indicação clara dos seus empréstimos. Paráfrases e resumos devem ter seus limites indicados por referências — no começo com o nome do autor, no fim com referência entre parêntesis. O escritor deve sempre indicar quando uma paráfrase, resumo ou citação começa, termina ou é interrompida.</p> <p>4. Plágio Mosaico: esse é o tipo de plágio mais comum. O Escritor não faz uma cópia da fonte diretamente, mas muda umas poucas palavras em cada sentença ou levemente reformula um parágrafo, sem dar crédito ao autor original. Esses parágrafos ou sentenças não são citações, mas estão tão próximas de ser citações que eles deveriam ter sido citados ou, se eles foram modificados o bastante para serem classificados como paráfrases, deveria ter sido feito referência à fonte.” (KIRPATRICK, 2015, p.2) [grifo do autor].</p>

3 CITAÇÕES, PARÁFRASES E PLÁGIO.	
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 18. ed. 1. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2003.	
CITAÇÕES	“[...] as citações são praticamente de dois tipos:(a) cita-se um texto.”
10 REGRAS PARA AS CITAÇÕES	<p>“<i>Regra 1</i> – Os textos objeto de análise interpretativa são citados com razoável amplitude.</p> <p><i>Regra 2</i> – Os textos da literatura crítica só são citados quando, com sua autoridade, corroboram ou confirmam afirmação nossa. [...]</p> <p><i>Regra 3</i> – A citação pressupõe que a ideia do autor citado seja compartilhada, a menos que o trecho seja precedido e seguido de expressões críticas.</p> <p><i>Regra 4</i> – De todas as citações devem ser claramente reconhecíveis o autor e a fonte impressa ou manuscrita. [...]</p> <p><i>Regra 5</i> – As citações de fontes primárias devem de preferência ser colhidas da edição crítica ou da edição mais conceituada. [...]</p> <p><i>Regra 6</i> – Quando se estuda um autor estrangeiro, as citações devem ser na língua original [...] Nestes casos pode ser mais ou menos útil fazer seguir a tradução entre parênteses ou em nota [...]</p> <p><i>Regra 7</i> – A remissão ao autor e à obra deve ser <i>clara</i>. [...]</p> <p><i>Regra 8</i> – Quando uma citação não ultrapassa duas ou três linhas, pode-se inseri-la no corpo do parágrafo entre aspas duplas. [...]</p>

	<p><i>Regra 9</i> – As citações devem ser <i>fiéis</i>. Primeiro, deve-se transcrever as palavras tal como estão (e, para tanto, convém sempre, após a redação, confrontar as citações com o original, pois, ao copiá-las, à mão ou à máquina, costumamos incorrer em erros ou omissões. [...])</p> <p><i>Regra 10</i> – Citar é como testemunhar num processo. Precisamos estar sempre em condições de retomar o depoimento e demonstrar que é fidedigno.” (ECO, 2003, p. 121-126).</p>	
PARÁFRASES	<p>“Ao elaborar a ficha de leitura, você resumiu vários pontos do autor que lhe interessavam: isto é, fez <i>paráfrases</i> e repetiu com suas próprias palavras o pensamento do autor.” (ECO, 2003, p. 128).</p> <p>“Como ter certeza de que uma paráfrase não é um plágio? Antes de tudo, se for muito mais curta do que o original, é claro. Mas há casos em que o autor diz coisas de grande conteúdo numa frase ou período curtíssimo, de sorte que a paráfrase deve ser muito mais longa do que o trecho original. Neste caso, não se deve preocupar doentamente em nunca colocar as mesmas palavras, pois às vezes é inevitável ou mesmo útil que certos termos permaneçam imutáveis. A prova mais cabal é dada quando conseguimos parafrasear o texto sem tê-lo diante dos olhos, significando que não só não o copiamos como o entendemos.” (ECO, 2003, p. 129).</p>	
EXEMPLOS	TEXTO ORIGINAL	<p>“A vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior. Sucessivas gerações viveram numa constante expectativa do demônio destruidor, cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era votada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio de um termo ansiado, a Segunda Vinda e o Reino dos Santos. As pessoas estavam sempre alerta, atentas aos ‘sinais’ que, segundo a tradição profética, anunciariam e acompanhariam o último ‘período de desordem’; e, já que os ‘sinais’ incluíam maus governantes, discórdia civil, guerra, fome, carestia, peste, cometas, mortes imprevistas de pessoas eminentes e uma crescente pecaminosidade geral, nunca houve dificuldade em detectá-las.” (COHN, 1965, p.128 apud ECO, 2003, p.128).</p>
	PARÁFRASE HONESTA	<p>“A esse respeito, Cohn é bastante explícito. Debruça-se sobre a situação de tensão típica desse período, em que a expectativa do Anticristo é, ao mesmo tempo, a do reino do demônio, inspirado na dor e na desordem, mas também prelúdio da chamada Segunda Vinda, a Parúsia, a volta do Cristo triunfante. Numa época dominada por acontecimentos sombrios, saques, rapinas, carestia e pestes, não faltavam às pessoas os ‘sinais’ correspondentes aos sintomas que os textos proféticos haviam sempre anunciado como típicos da vinda do Anticristo.” (ECO, 2003, p.128).</p>
	FALSA PARÁFRASE	<p>“Segundo Cohn... [segue uma lista de opiniões expressas pelo autor em outros capítulos]. Por outro lado, cumpre não esquecer que a vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior. As gerações viviam na constante expectativa do demônio destruidor, cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era consagrada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio à Segunda Vinda ou ao Reino dos Santos. As pessoas estavam sempre alerta, atentas aos sinais que, segundo os profetas, acompanhariam e anunciariam o último ‘período de desordem’: e, já que esses ‘sinais’ incluíam os maus governantes, a discórdia civil, a guerra, a seca, a fome, a carestia, as pestes e os cometas, além de mortes imprevistas de pessoas importantes 9e uma crescente pecaminosidade geral), nunca houve dificuldade em detectá-las.” (ECO, 2003, p.129).</p>
	PARÁFRASE TEXTUAL INADEQUADA QUE EVITA O PLÁGIO	<p>“O próprio Cohn, já citado, recorda ainda que ‘a vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior’. As diversas gerações viviam em constante expectativa do demônio destruidor, ‘cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era consagrada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio de um termo ansiado, a ‘Segunda Vinda e o Reino dos Santos’.</p> <p>As pessoas estavam sempre alerta e atentas aos sinais que,</p>

		segundo os profetas, acompanhariam e anunciariam o último 'período de desordens'. Ora, sublinha Cohn, uma vez que estes sinais incluíam 'maus governantes, discórdia civil, guerra, seca, fome, carestia, peste, cometas, mortes imprevistas de pessoas eminentes e uma crescente pecaminosidade geral, nunca houve dificuldade em detectá-los". (COHN, 1965, p.128 apud ECO, 2003, p.129).
--	--	---

4 PARÁFRASE E CITAÇÕES DIRETAS E INDIETAS (NBR 10520:2002)

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARÁFRASE	<p>Conceito:</p> <p>“[...] consiste em produzir, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva que seja semanticamente equivalente a uma outra unidade produzida anteriormente.” (GREIMAS; COURÉS, 1989, p. 325 apud MEDEIROS, 2008, p.167).</p> <p>Por que parafrasear?</p> <p>“O primeiro dado é de que os textos originais contêm informações complexas, que podem apresentar dificuldades de entendimento. Dessa forma, a paráfrase tem como objetivo traduzir um texto complexo em linguagem mais acessível. A tradução, no entanto, acarreta a diluição do conhecimento, da informação nova, e isto provoca alguma perda. Não obstante isso, revela-se útil, porque é um degrau que se sobe para atingir a informação superior.</p> <p>Parafrasear é, pois, traduzir as palavras de um texto por outras de sentido equivalente, mantendo, porém, as idéias originais. A paráfrase inclui o desenvolvimento de um texto, o comentário, a explicação. A substituição de uma palavra por outra revela-se a paráfrase que mais se aproxima do original. O desenvolvimento, o comentário, a explicação, o resumo são textos parafrásticos, se comparados com o original.” (MEDEIROS, 2008, p.168).</p> <p>O que é plágio?</p> <p>“A transcrição literal sem colocação de aspas (ou outro tipo de destaque, como recuo, itálico, negrito, espaço interlinear, corpo diferente do usado no texto) e indicação da fonte constitui-se em fraude, ou plágio. Em geral, as citações até três linhas permanecem no mesmo parágrafo de quem está citando. Quando ultrapassam três linhas, devem ser destacadas e utilizar parágrafo(s) próprios(s).” (MEDEIROS, 2008, p.169).</p> <p>Há tipos de paráfrase?</p> <p>“A paráfrase pode ser ideológica ou estrutural. No primeiro caso, o desvio é mínimo: varia a sintaxe, mas as idéias são as mesmas. Há apenas uma recriação das idéias. Pode-se entender a paráfrase ideológica como simples tradução de vocábulos, ou substituição de palavras por outras de significação equivalente. Nesse caso, a paráfrase registra o menor desvio possível em relação ao texto original. No segundo caso, há uma recriação do texto e do contexto. O comentário crítico, avaliativo, apreciativo, o resumo, a resenha, a recensão são formas parafrásticas estruturais de um texto.” (MEDEIROS, 2008, p.125) [grifo do autor].</p>
	TIPOS DE PARÁFRASE

TIPOS DE PARÁFRASE		incisivo, evidente.” (MEDEIROS, 2008, p.170) [grifo do autor].		
	DESENVOLVIMENTO	“O <i>desenvolvimento</i> , ou amplificação das idéias de um texto, consiste em reescrevê-lo, adicionando exemplos, pormenores, comparações, contrastes, exposição de causa e efeitos, definições dos termos utilizados.” (MEDEIROS, 2008, p.170) [grifo do autor].		
	RESUMO	<p>É considerada por Medeiros como a paráfrase por excelência, o instrumento de trabalho do pesquisador:</p> <p>“[...] <i>resumo</i> é uma apresentação sintética e seletiva das idéias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais idéias do autor do texto.</p> <p>O <i>resumo</i> abrevia o tempo dos pesquisadores; difunde informações de tal modo que pode influenciar e estimular a consulta do texto completo. Em sua elaboração, devem-se destacar quanto ao conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ o assunto do texto; ▪ o objetivo do texto; ▪ a articulação das idéias; ▪ as conclusões do autor do texto objeto do <i>resumo</i>. <p>Formalmente, o redator do <i>resumo</i> deve atentar para alguns procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ser redigido em linguagem objetiva; ▪ evitar a repetição de frases inteiras do original; ▪ respeitar a ordem em que as idéias ou fatos são apresentados. <p>Finalmente, o <i>resumo</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ não deve apresentar juízo valorativo ou crítico (que pertencem a outro tipo de texto, a <i>resenha</i>); ▪ deve ser compreensível por si mesmo, isto é, dispensar a consulta ao original.” (MEDEIROS, 2008, p.128). <p>“São partes constantes de um <i>resumo</i>: natureza da pesquisa realizada, resultados e conclusões. Também devem ser destacados o valor e a originalidade das descobertas realizadas.</p> <p>Os procedimentos para realizar um <i>resumo</i> incluem, em primeiro lugar, descobrir o plano da obra a ser resumida. Em segundo lugar, a pessoa que o está realizando deve responder, no <i>resumo</i>, a duas perguntas: o que o autor pretende demonstrar? De que trata o texto? Em terceiro lugar, deve-se ater às idéias principais do texto e a sua articulação. Muito importante nesta fase é distinguir as diferentes partes do texto. A fase seguinte é a de identificação de palavras-chaves. Finalmente, passa-se à redação do <i>resumo</i>.” (MEDEIROS, 2008, p.129).</p> 		
		TIPOS DE RESUMO (conforme a norma da ABNT)	“O <i>resumo indicativo</i> indica apenas os pontos principais do documento; não apresenta dados qualitativos e quantitativos, mas não dispensa a leitura do original. É conhecido também como <i>descritivo</i> .” (MEDEIROS, 2008, p.129) [grifo do autor].	
			“O <i>resumo informativo</i> é também conhecido como <i>analítico</i> . Pode dispensar a leitura do texto original. Deve salientar objetivo do texto, métodos e técnicas empregados, resultados e conclusões. Evitem-se comentários pessoais e juízos de valor.” (MEDEIROS, 2008, p.129) [grifo do autor].	
			“O <i>resumo crítico</i> , também denominado <i>recensão</i> ou <i>resenha</i> , é redigido por especialistas e compreende análise crítica de um texto.” (MEDEIROS, 2008, p.130) [grifo do autor].	
PARÓDIA	“ A <i>paródia</i> [...] é o nome que se dá a toda composição literária que imita o tema ou a forma de uma obra séria, quer explorando aspectos cômicos, quer expondo aspectos satíricos. Seu objetivo é ridicularizar um estilo ou uma tendência dominante.” (MEDEIROS, 2008, p.171)			

			[grifo do autor].
CITAÇÕES	<p>“Citação é a menção em uma obra de informação colhida de outra fonte para esclarecer, comentar, ou dar como prova uma autoridade no assunto. Citações não devem ser constituídas de assunto sobejamente divulgados, de domínio público. Obras didáticas não são adequadas para apoiar um argumento e, portanto, não servem para citações.” (MEDEIROS, 2008, p.173).</p> <p>“Apostilas e anotações de aula não são fontes que mereçam grande consideração; por isso, são rejeitadas quase sempre como fundamentação de um argumento. [...] Ela só se justifica quando o pensamento expresso é significativo, claro e necessário à exposição. As fontes que serviram para a citação direta ou indireta devem ser indicadas ou pelo sistema autor-data, ou pelo sistema numérico” (MEDEIROS, 2008, p.174).</p> <p>“As citações podem aparecer no texto ou em notas de rodapé.” (MEDEIROS, 2008, p.173).</p>		
	TIPOS DE CITAÇÕES	DIRETA	As citações diretas “[...]” são transpostas para o texto tal como se apresentam na fonte “[...]” (MEDEIROS, 2008, p.173).
INDIRETA		As citações indiretas “[...]” mantêm o conteúdo do texto original, mas não são escritas com outras palavras, são parafraseadas “[...]” (MEDEIROS, 2008, p.173).	
DE CITAÇÃO		A citação de citação é a “[...]” transcrição direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original.” (MEDEIROS, 2008, p.173).	
NOTAS DE REFERÊNCIA		“A NBR 10520:2002 define ainda notas de referência , que são notas que indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes da obra onde o assunto é tratado.” (MEDEIROS, 2008, p.173) [grifo do autor].	
NOTAS DE RODAPÉ		“As notas de rodapé , por sua vez, são constituídas por observações ou complementos ao texto feitos pelo autor, tradutor ou editor.” (MEDEIROS, 2008, p.173) [grifo do autor].	
CITAÇÕES	TIPOS DE CITAÇÕES	NOTAS EXPLICATIVAS	“[...] notas explicativas são notas usadas para comentários, esclarecimentos que não podem ser incluídos no texto.” (MEDEIROS, 2008, p.173) [grifo do autor].

5 A LEI	
BRASIL. Constituição Federal . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.	Art. 5º, inciso XXVII. “[...] aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, [...]”
BRASIL. Código Civil. Lei 10.406/2002 . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm >. Acesso em: 10 mar. 2015.	Art. 1.228. “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.”
BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei 2.848/1940 . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm >. Acesso em: 10 mar. 2015.	Art. 184. “Define a violação dos direitos autorais como crime, com previsão de punição que varia de multa à reclusão de até quatro anos.”

<p>BRASIL. Lei 9.610/1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.</p>	<p>Art. 7º: “Define o rol de obras intelectuais protegidas pela lei, que vão desde grandes conferências até pequenas gravuras, conceituando obras intelectuais como ‘criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.’”</p>
	<p>Art. 22: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.”</p>
	<p>Art. 23: “Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.”</p>
	<p>Art. 24: “São direitos morais do autor:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra; III - o de conservar a obra inédita; IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra; V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada; VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado. <p>§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.</p> <p>§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.</p> <p>§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.”</p>
	<p>Art. 29: “Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:</p>

<p>BRASIL. Lei 9.610/1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.</p>	<p>I - a reprodução parcial ou integral; II - a edição; III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações; IV - a tradução para qualquer idioma; V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual; VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra; VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário; VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante: a) representação, recitação ou declamação; b) execução musical; c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; d) radiodifusão sonora ou televisiva; e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; f) sonorização ambiental; g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; h) emprego de satélites artificiais; i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas; IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero; X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.”</p>
	<p>Art. 33: “Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.”</p>
	<p>Art. 46: “Não constitui ofensa aos direitos autorais: I - a reprodução: a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;</p>

BRASIL. **Lei 9.610/1998**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.”